

Eletrônico



**Estratégia**  
CONCURSOS

Aula

Simulados Inéditos de Direito Tributário - Questões Múltipla Escolha - 2019

Professor: Fábio Dutra



## AULA 00: Conceito e Classificação dos Tributos

SUMÁRIO	PÁGINA
Apresentação do Professor e Considerações sobre o Curso	01
Cronograma do Curso	03
Questões Inéditas	04
Comentários das Questões Inéditas	11
Gabarito das Questões Inéditas	26

### Apresentação do Professor e Considerações sobre o Curso

Olá, meus amigos!

Sejam bem-vindos ao nosso curso de **Simulados Inéditos de Direito Tributário!** 😊

É com grande satisfação que estamos lançando mais um curso aqui no **Estratégia Concursos**, focado na preparação para os concursos que exigem a disciplina de **Direito Tributário!**

Este curso tem como objetivo abordar **questões inéditas**, no modelo de **múltipla escolha**, simulando a mesma situação enfrentada pelos candidatos em uma prova de concurso público. Não será, pois, um curso fácil, já que o objetivo é realmente testar os conhecimentos dos candidatos e desafiá-los a estudar um pouco mais os assuntos mais propensos a caírem nas provas.

É por esse motivo que as questões serão divididas em diversas aulas, por assunto. Com isso, ao resolver as questões, vocês terão condições de verificar quais são os assuntos que precisam ser mais estudados, ou seja, os assuntos nos quais vocês ainda não estejam totalmente "afiados"!

Estabeleceremos um padrão para as nossas aulas desde já: **cada aula conterà 15 Questões Inéditas de múltipla escolha**. Isso significa que, ao final do curso, teremos trabalhado muitas questões inéditas atualizadas em conformidade com a legislação e jurisprudência recente.

Algumas questões, eventualmente, podem abordar temas de outras aulas anteriores ou posteriores, já que isso ocorre reiteradamente nas provas



de concurso, e o nosso objetivo é retratar a realidade pela qual o concurseiro terá que lidar no grande dia! Combinado? 😊

Se, por algum motivo, os comentários às questões não forem suficientes para elucidar a sua dúvida, estarei à disposição de vocês no **fórum de dúvidas!** É só me chamar, pessoal!

Permitam-me, então, fazer uma breve apresentação pessoal: meu nome é Fábio Dutra. Nasci no estado do Rio de Janeiro, mas atualmente resido em São Paulo, em decorrência do cargo que exerço na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Osasco – SP.

Sou pós-graduando em Direito Tributário. Fui aprovado no concurso de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil de 2012, tendo alcançado a 28ª posição nesse certame extremamente difícil.

Além disso, trabalhei como especialista na orientação de candidatos para concursos públicos da área fiscal federal, estadual e municipal, no site E-concurseiro, inclusive para as provas discursivas. Acredito que muitos já me conheçam de lá. Aos demais, será um grande prazer tê-los como alunos.

Aqui no **Estratégia Concursos**, sou responsável pelas disciplinas Direito Tributário e Legislação Tributária Federal. Espero, ao decorrer deste curso, poder compartilhar um pouco de nossa experiência e auxiliá-los a se preparar para uma excelente prova!

A qualquer momento, caso sintam necessidade de conhecimento teórico, não deixem de conferir nossos cursos teóricos de Direito Tributário, além, é claro, do outro curso de simulados disponível, focado em questões Certo/Errado, e que também é uma ótima oportunidade para testar seus conhecimentos.



**Lembre-se:** O primeiro passo rumo à aprovação é se entregar de coração ao seu objetivo. Isso começa por aqui, no nosso curso.

**Observação:** Destaco que o **índice de aprovação dos meus cursos aqui no Estratégia Concursos é muito próximo de 100%**, sendo que em alguns deles alcançamos o **a aprovação unânime dos alunos**. Portanto, tenha certeza de que você está adquirindo um material de excelente qualidade!

**Cronograma do Curso**

<b>AULA</b>	<b>ASSUNTO ABORDADO</b>	<b>PUBLICAÇÃO</b>
<b>AULA 0</b>	Conceito e Classificação dos Tributos. Competência Tributária.	<b>29/03</b>
<b>AULA 1</b>	Limitações Constitucionais do Poder de Tributar: Princípios e Imunidades Tributárias	<b>06/04</b>
<b>AULA 2</b>	Impostos de Competência da União Impostos de Competência dos Municípios.	<b>13/04</b>
<b>AULA 3</b>	Impostos de Competência dos Estados. Repartição Constitucional das Receitas Tributárias Legislação Tributária. Vigência da Legislação Tributária. Aplicação da Legislação Tributária. Interpretação e Integração da Legislação Tributária.	<b>20/04</b>
<b>AULA 4</b>	Obrigações Tributárias: Principal e Acessória. Fato Gerador da Obrigação Tributária. Sujeição Ativa e Passiva. Capacidade Tributária. Solidariedade. Domicílio Tributário.	<b>27/04</b>
<b>AULA 5</b>	Responsabilidade Tributária. Crédito Tributário: Conceito. Constituição do Crédito Tributário. Lançamento: Conceito e Modalidades de Lançamento. Hipóteses de Alteração do Lançamento.	<b>05/05</b>
<b>AULA 6</b>	Suspensão, Extinção e Exclusão do Crédito Tributário. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário. Administração Tributária (Fiscalização, Dívida Ativa e Certidões Negativas).	<b>12/05</b>
<b>AULA 7</b>	Simulado Final (Todos os Assuntos do Curso)	<b>19/05</b>

**Observação:** O cronograma acima foi elaborado com muita cautela, de forma a contemplar os principais temas cobrados em provas de concurso público. O objetivo final é sempre realizar uma preparação de excelente qualidade! :)



## Questões Inéditas

### Questão 01 – Simulado Inédito

No que concerne à recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a assertiva correta a respeito da natureza jurídica dos “pedágios”:

- a) O pedágio, quando cobrado pelo Poder Público, constitui espécie tributária autônoma, razão pela qual a doutrina já consagrou a teoria hexapartite, isto é, existem seis espécies tributárias distintas no ordenamento jurídico atual.
- b) O pedágio possui natureza tributária, sendo classificado como taxa de serviço.
- c) O pedágio cobrado em rodovias conservadas pelo Poder Público caracteriza-se como preço público, somente podendo ser cobrado pelo uso efetivo e voluntário do serviço público prestado.
- d) O pedágio possui natureza jurídica tributária, semelhantemente aos impostos, dado que se refere a uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte.
- e) Não há que se falar em distinção entre preços públicos e taxas, já que estas são espécies daqueles.

### Questão 02 – Simulado Inédito

Em conformidade com as disposições contidas no Código Tributário Nacional, e considerando a jurisprudência pacífica do STF acerca das taxas, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- I) O fato gerador das taxas caracteriza-se pela manifestação de riqueza por parte do contribuinte.
- II) As taxas de polícia têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia. Nesse contexto, já decidiu o STF que é constitucional taxa de renovação de funcionamento e localização municipal, desde que efetivo o exercício do poder de polícia, demonstrado pela existência de órgão e estrutura competentes para o respectivo exercício.
- III) A taxa, se cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, viola as disposições constitucionais acerca dessa espécie tributária.

- a) V, F, V
- b) F, F, F
- c) V, V, F
- d) F, V, V



e) F, V, F

### **Questão 03 – Simulado Inédito**

O art. 145, da CF/88, estabeleceu que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem instituir os seguintes tributos: impostos, taxas e contribuições de melhoria. É indubitável, pois, a natureza tributária da contribuição de melhoria. No tocante a esta espécie tributária, julgue as assertivas a seguir, verificando, em seguida, quantas destas estão corretas:

- I) A contribuição de melhoria tem como fato gerador a realização de obra pública.
  - II) A Constituição Federal previu limites totais e individuais para a cobrança de contribuição de melhoria.
  - III) O limite total para a contribuição de melhoria é a despesa realizada com a obra pública da qual decorreu valorização imobiliária.
  - IV) A contribuição de melhoria é tributo sinalagmático.
- a) Nenhuma assertiva está correta.
  - b) Apenas uma assertiva está correta.
  - c) Apenas duas assertivas estão corretas.
  - d) Apenas três assertivas estão corretas
  - e) Apenas quatro assertivas estão corretas.

### **Questão 04 – Simulado Inédito**

No que diz respeito à disciplina constitucional aplicável aos empréstimos compulsórios, assinale a alternativa incorreta:

- a) Somente a União detém competência tributária para instituir empréstimos compulsórios.
- b) A instituição de empréstimos compulsórios deve ocorrer por meio de lei complementar.
- c) Permite-se a instituição de empréstimos compulsórios no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- d) A cobrança do empréstimo compulsório não pode se dar no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a norma que o instituiu.
- e) O fato de se tratar de um “empréstimo”, sujeito a posterior devolução por parte do estado, não destoa do conceito de tributo, definido pelo Código Tributário Nacional.

### **Questão 05 – Simulado Inédito**

Em conformidade com as disposições contidas na Constituição Federal e a jurisprudência do STF, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para



verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- I) A Contribuição de Iluminação Pública não possui natureza tributária.
- II) As Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação, mas não incidirão sobre a importação de produtos estrangeiros e serviços.
- III) Os Estados possuem competência tributária para instituir as contribuições corporativas, referentes aos conselhos de fiscalização profissional localizados em seus respectivos territórios.

- a) V, F, V
- b) F, F, F
- c) V, V, F
- d) F, F, V
- e) F, V, F

### **Questão 06 – Simulado Inédito**

O conceito de tributo foi definido no art. 3º, do CTN. Considerando o que foi definido no mencionado dispositivo, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- I) Tributo é uma prestação pecuniária.
- II) Tributo é uma prestação facultativa.
- III) Tributo é uma prestação que constitui sanção por ato ilícito.
- IV) Tributo é uma obrigação ex lege.
- V) Tributo é uma prestação cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

- a) V, F, V, V, V
- b) V, F, F, V, V
- c) V, F, V, F, V
- d) F, V, F, V, F
- e) V, V, F, V, V

### **Questão 07 – Simulado Inédito**

Considerando exclusivamente o que foi previsto no Código Tributário Nacional acerca dos tributos e suas espécies, aponte a alternativa incorreta:

- a) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei.



- b) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- c) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- d) A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- e) As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte.

### **Questão 08 – Simulado Inédito**

Dentre as alternativas abaixo, aponte a que apresenta a única resposta correta:

- a) Compete tão somente à União legislar sobre direito tributário.
- b) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre direito tributário.
- c) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário. Contudo, a competência da União se limita ao estabelecimento de normas gerais.
- d) A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.
- e) Ainda que inexista lei federal sobre normas gerais, os Estados não exercerão a competência legislativa plena, para atender às suas peculiaridades.

### **Questão 09 – Simulado Inédito**

A afirmação abaixo foi retirada do Código Tributário Nacional de forma incompleta:

A competência tributária é \_\_\_\_\_, salvo atribuição das funções de \_\_\_\_\_ tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a \_\_\_\_\_. Tal atribuição \_\_\_\_\_ as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

Complete as lacunas com a sequência correta de palavras contidas nas alternativas que se seguem:

- a) indelegável / arrecadar ou fiscalizar / outra pessoa jurídica de direito público



- / compreende;  
b) delegável / instituir / outra pessoa jurídica de direito público ou privado / não compreende;  
c) indelegável / instituir / outra pessoa jurídica de direito público / não compreende;  
d) delegável / arrecadar ou fiscalizar / outra pessoa jurídica de direito público / compreende;  
e) indelegável / arrecadar ou fiscalizar / outra pessoa jurídica de direito público ou privado / não compreende;

### **Questão 10 – Simulado Inédito**

Acerca da competência tributária, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- I) As autarquias podem figurar como sujeito ativo de uma obrigação tributária.  
II) A delegação da capacidade tributária ativa compreende as funções administrativas, tais como arrecadação e fiscalização, além da redução e majoração do montante do tributo devido.  
III) O exercício da competência tributária é facultativo, de modo que, instituído o tributo, sua cobrança pode eventualmente não ocorrer, não se caracterizando como ato administrativo vinculado.

- a) V, F, V  
b) V, F, F  
c) V, F, V  
d) F, V, F  
e) V, V, F

### **Questão 11 – Simulado Inédito**

Acerca das taxas, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- I) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.  
II) O serviço de limpeza pública pode ser remunerado por meio de taxa.  
III) É inconstitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, ainda que não haja integral identidade entre uma base e outra.  
IV) Considera-se legítima a cobrança da taxa cobrada pelos Municípios em razão da prevenção de incêndios.

- a) V, F, V, F  
b) V, F, F, F  
c) V, F, V, V  
d) F, V, F, F  
e) V, V, F, F



**Questão 12 – Simulado Inédito**

Aponte, dentre as alternativas a seguir, a única que se encontra incorreta:

- a) A competência para instituição de impostos enumerados na Constituição Federal é privativa de cada ente, isto é, a Constituição já determina o rol dos impostos relativos a cada ente tributante.
- b) As taxas e as contribuições de melhoria são tributos de competência comum.
- c) É possível que a União institua impostos municipais.
- d) A competência tributária residual se resume na instituição de impostos pela União que, a princípio seriam de competência de outro ente federativo, mas que não foram por este instituídos.
- e) O exercício da competência tributária extraordinária pode ocorrer mediante edição de medida provisória pelo Chefe do Poder Executivo.

**Questão 13 – Simulado Inédito**

Acerca das taxas, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- I) Todas as contribuições, sem exceção, sujeitam-se à lei complementar de normas gerais.
- II) Há contribuições sociais cuja instituição deve ocorrer por meio de lei complementar.
- III) A Constituição Federal exige que os fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes das contribuições sociais sejam previstos em lei complementar.

- a) V, F, V,
- b) V, F, F,
- c) V, F, V,
- d) F, V, F,
- e) V, V, F,

**Questão 14 – Simulado Inédito**

No que concerne à disciplina constitucional dada às contribuições especiais, aponte a única alternativa incorreta:

- a) As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação;
- b) As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico poderão ter alíquotas específicas ou *ad valorem*.
- c) Os Estados, Distrito Federal e Municípios são competentes para instituir contribuição cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes,



do regime previdenciário próprio, cuja alíquota será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.

d) A pessoa natural destinatária das operações de importação poderá ser equiparada a pessoa jurídica, na forma da lei.

e) A lei definirá as hipóteses em que as contribuições incidirão uma única vez.

### **Questão 15 – Simulado Inédito**

Julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

I) Permite-se que o tributo seja uma prestação in labore ou in natura.

II) O imposto é um tributo vinculado a uma atividade estatal específica.

III) Toda prestação pecuniária compulsória são tributos.

- a) F, F, F
- b) V, F, F
- c) F, V, V
- d) V, F, V
- e) V, V, F



## Comentário das Questões Inéditas

### Questão 01 – Simulado Inédito

No que concerne à recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a assertiva correta a respeito da natureza jurídica dos “pedágios”:

- a) O pedágio, quando cobrado pelo Poder Público, constitui espécie tributária autônoma, razão pela qual a doutrina já consagrou a teoria hexapartite, isto é, existem seis espécies tributárias distintas no ordenamento jurídico atual.
- b) O pedágio possui natureza tributária, sendo classificado como taxa de serviço.
- c) O pedágio cobrado em rodovias conservadas pelo Poder Público caracteriza-se como preço público, somente podendo ser cobrado pelo uso efetivo e voluntário do serviço público prestado.
- d) O pedágio possui natureza jurídica tributária, semelhantemente aos impostos, dado que se refere a uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte.
- e) Não há que se falar em distinção entre preços públicos e taxas, já que estas são espécies daqueles.

#### Comentário:

**Alternativa A:** O pedágio, ainda que cobrado em rodovias conservadas pelo Poder Público, não possui natureza tributária, conforme entendimento do STF. Alternativa errada.

**Alternativa B:** O pedágio não possui natureza tributária. Logo, não pode ser classificado como taxa. Alternativa errada.

**Alternativa C:** De fato, a natureza do pedágio cobrado em rodovias conservadas pelo Poder Público é a de preço público, dado que o uso do serviço público prestado é voluntário. Assim entende a nossa Suprema Corte, ao julgar a ADI 1.802. Alternativa correta.

**Alternativa D:** Já foi dito que o pedágio não possui natureza tributária. Portanto, alternativa errada.

**Alternativa E:** É interessante se lembrar de que preço público não se confunde com taxa. Logo, está totalmente incorreto dizer que as taxas são espécies de preços públicos. Alternativa errada.

**Gabarito: Letra C**



**Questão 02 – Simulado Inédito**

Em conformidade com as disposições contidas no Código Tributário Nacional, e considerando a jurisprudência pacífica do STF acerca das taxas, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

I) O fato gerador das taxas caracteriza-se pela manifestação de riqueza por parte do contribuinte.

II) As taxas de polícia têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia. Nesse contexto, já decidiu o STF que é constitucional taxa de renovação de funcionamento e localização municipal, desde que efetivo o exercício do poder de polícia, demonstrado pela existência de órgão e estrutura competentes para o respectivo exercício.

III) A taxa, se cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, viola as disposições constitucionais acerca dessa espécie tributária.

- a) V, F, V
- b) F, F, F
- c) V, V, F
- d) F, V, V
- e) F, V, F

**Comentário:**

**Item I:** O fato gerador das taxas não se caracteriza-se pela manifestação de riqueza dos contribuinte, mas pela atuação estatal específica relativa ao contribuinte. Item errado.

**Item II:** Deveras, o fato gerador da taxa de polícia é o exercício regular do poder de polícia. De acordo com o STF, a efetividade do poder de polícia pode ser demonstrada pela existência de órgão e estrutura administrativa competente para o exercício do poder de polícia. Item correto.

**Item III:** A famigerada “taxa de lixo”, isto é, aquela cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o art. 145, II, da CF/88. Esse entendimento foi cristalizado na Súmula Vinculante 19 do STF. Item errado.

**Gabarito: Letra E**



### Questão 03 – Simulado Inédito

O art. 145, da CF/88, estabeleceu que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem instituir os seguintes tributos: impostos, taxas e contribuições de melhoria. É indubitável, pois, a natureza tributária da contribuição de melhoria. No tocante a esta espécie tributária, julgue as assertivas a seguir, verificando, em seguida, quantas destas estão corretas:

- I) A contribuição de melhoria tem como fato gerador a realização de obra pública.
  - II) A Constituição Federal previu limites totais e individuais para a cobrança de contribuição de melhoria.
  - III) O limite total para a contribuição de melhoria é a despesa realizada com a obra pública da qual decorreu valorização imobiliária.
  - IV) A contribuição de melhoria é tributo sinalagmático.
- a) Nenhuma assertiva está correta.
  - b) Apenas uma assertiva está correta.
  - c) Apenas duas assertivas estão corretas.
  - d) Apenas três assertivas estão corretas
  - e) Apenas quatro assertivas estão corretas.

#### Comentário:

**Item I:** O fato gerador da contribuição de melhoria é, na realidade, a valorização imobiliária, e não a realização da obra pública em si. Portanto, este item está errado.

**Item II:** A norma que definiu os limites totais e individuais para a contribuição de melhoria foi o CTN, e não a CF/88. Item errado.

**Item III:** De acordo com o que prevê o CTN, o limite total para contribuição de melhoria é a despesa realizada com a obra pública. Item correto.

**Item IV:** De fato, a contribuição de melhoria é um tributo vinculado, também denominado contraprestacional ou sinalagmático. Item correto.

**Gabarito: Letra C**

### Questão 04 – Simulado Inédito

No que diz respeito à disciplina constitucional aplicável aos empréstimos compulsórios, assinale a alternativa incorreta:

- a) Somente a União detém competência tributária para instituir empréstimos compulsórios.



- b) A instituição de empréstimos compulsórios deve ocorrer por meio de lei complementar.
- c) Permite-se a instituição de empréstimos compulsórios no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- d) A cobrança do empréstimo compulsório não pode se dar no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a norma que o instituiu.
- e) O fato de se tratar de um "empréstimo", sujeito a posterior devolução por parte do estado, não destoa do conceito de tributo, definido pelo Código Tributário Nacional.

### **Comentário:**

**Alternativa A:** Realmente, apenas a União detém a competência tributária para a instituição de empréstimos compulsórios, conforme preceitua o art. 148, da CF/88. Alternativa correta.

**Alternativa B:** O legislador constituinte determinou que os empréstimos compulsórios devem sempre ser instituídos por meio de lei complementar. Logo, alternativa correta.

**Alternativa C:** Os empréstimos compulsórios podem ser instituídos para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência e também no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional. Portanto, a alternativa está correta.

**Alternativa D:** Deve-se ter muita atenção quando a questão trata dos princípios da anterioridade. A Constituição Federal determinou que a cobrança dos empréstimos compulsórios não pode ocorrer no mesmo exercício em que tenha ocorrido a publicação da lei instituidora ou majoradora, mas tal restrição apenas se aplica aos empréstimos compulsórios instituídos no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional. Alternativa errada.

**Alternativa E:** O conceito de tributo, definido no art. 3º, do CTN, não inclui em sua definição que o valor recolhido como tributo não pode ser devolvido. Logo, o fato de os empréstimos compulsórios gerarem a obrigação da União em devolver o valor recolhido não descaracteriza a sua natureza tributária. Alternativa correta.

**Gabarito: Letra D**

### **Questão 05 – Simulado Inédito**

Em conformidade com as disposições contidas na Constituição Federal e a jurisprudência do STF, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para



verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- I) A Contribuição de Iluminação Pública não possui natureza tributária.
- II) As Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação, mas não incidirão sobre a importação de produtos estrangeiros e serviços.
- III) Os Estados possuem competência tributária para instituir as contribuições corporativas, referentes aos conselhos de fiscalização profissional localizados em seus respectivos territórios.

- a) V, F, V
- b) F, F, F
- c) V, V, F
- d) F, F, V
- e) F, V, F

### **Comentário:**

**Item I:** O STF já reconheceu a natureza tributária da CIP, nos seguintes termos: "tributo de caráter sui generis, que não se confunde com um imposto, porque sua receita se destina a finalidade específica, nem com uma taxa, por não exigir a contraprestação individualizada de um serviço ao contribuinte". Item errado.

**Item II:** Na verdade, é exatamente o contrário, ou seja, as CIDE não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação, mas incidirão sobre a importação de produtos estrangeiros e serviços. Portanto, o item está errado.

**Item III:** Apenas a União detém competência tributária para instituir contribuições corporativas. Cabe aos Estados, no que se refere às contribuições sociais, a instituição de contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário que lhes é próprio, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União. Item errado.

**Gabarito: Letra B**

### **Questão 06 – Simulado Inédito**

O conceito de tributo foi definido no art. 3º, do CTN. Considerando o que foi definido no mencionado dispositivo, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- I) Tributo é uma prestação pecuniária.
- II) Tributo é uma prestação facultativa.



III) Tributo é uma prestação que constitui sanção por ato ilícito.

IV) Tributo é uma obrigação ex lege.

V) Tributo é uma prestação cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

a) V, F, V, V, V

b) V, F, F, V, V

c) V, F, V, F, V

d) F, V, F, V, F

e) V, V, F, V, V

**Comentário:** O art. 3º do CTN define tributo da seguinte forma: é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. Dessa forma, estão errados apenas os itens II (tributo é uma prestação compulsória) e II (tributo não constitui sanção por ato ilícito). O gabarito desta questão é a Letra B.

**Gabarito: Letra B**

### Questão 07 – Simulado Inédito

Considerando exclusivamente o que foi previsto no Código Tributário Nacional acerca dos tributos e suas espécies, aponte a alternativa incorreta:

a) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei.

b) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a destinação legal do produto da sua arrecadação.

c) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

d) A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

e) As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte.

**Comentário:**

**Alternativa A:** É o que consta no art. 4º, I, do CTN. Ainda que se entenda que tal dispositivo não se aplica aos empréstimos compulsórios e às contribuições



especiais, não podemos discutir com a questão, pois foi solicitado "exclusivamente" o que consta no CTN. Alternativa correta.

**Alternativa B:** É o que consta no art. 4º, II, do CTN. Ainda que se entenda que tal dispositivo não se aplica aos empréstimos compulsórios e às contribuições especiais, não podemos discutir com a questão, pois foi solicitado "exclusivamente" o que consta no CTN. Alternativa correta.

**Alternativa C:** Trata-se de cópia literal do art. 16, do CTN, que define o conceito de impostos, como tributos não vinculados. Alternativa correta.

**Alternativa D:** Esta alternativa trouxe a literalidade do art. 81, do CTN, definindo o conceito de contribuições de melhoria, como tributo vinculado à realização de obra pública da qual decorra valorização imobiliária. Alternativa correta.

**Alternativa E:** Trata-se do *caput* do art. 77, do CTN, definindo o que são as taxas e os seus respectivos fatos geradores. Há, contudo, um pequeno erro que pode passar despercebido por muitos candidatos: o fato gerador não é apenas a utilização efetiva do serviço público, mas também a utilização potencial do serviço. Alternativa errada.

**Gabarito: Letra E**

### **Questão 08 – Simulado Inédito**

Dentre as alternativas abaixo, aponte a que apresenta a única resposta correta:

- a) Compete tão somente à União legislar sobre direito tributário.
- b) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre direito tributário.
- c) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário. Contudo, a competência da União se limita ao estabelecimento de normas gerais.
- d) A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.
- e) Ainda que inexista lei federal sobre normas gerais, os Estados não exercerão a competência legislativa plena, para atender às suas peculiaridades.

### **Comentário:**

**Alternativa A:** De acordo com o art. 24, I, da CF/88, compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário. Alternativa errada.



**Alternativa B:** De acordo com o art. 24, I, da CF/88, compete tão somente à União, aos Estados, ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário. Alternativa errada.

**Alternativa C:** De fato, inobstante o fato de a União, os Estados e o DF legislarem concorrentemente sobre direito tributário, a competência da União se limita ao estabelecimento de normas gerais. É o que prevê o art. 24, § 1º, da CF/88. Alternativa correta.

**Alternativa D:** De acordo com o art. 24, § 2º, da CF/88, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados. Portanto, a alternativa está errada.

**Alternativa E:** De acordo com o art. 24, § 3º, da CF/88, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender às suas peculiaridades. Alternativa errada.



Como exemplo, o STF, ao julgar o RE 466.480/MG, decidiu que os Estados-membros estão legitimados a ditar as normas gerais referentes ao IPVA, no exercício da competência concorrente prevista no artigo 24, § 3º, da Constituição do Brasil.

**Gabarito: Letra C**

### **Questão 09 – Simulado Inédito**

A afirmação abaixo foi retirada do Código Tributário Nacional de forma incompleta:

A competência tributária é \_\_\_\_\_, salvo atribuição das funções de \_\_\_\_\_ tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a \_\_\_\_\_. Tal atribuição \_\_\_\_\_ as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

Complete as lacunas com a sequência correta de palavras contidas nas alternativas que se seguem:

- a) indelegável / arrecadar ou fiscalizar / outra pessoa jurídica de direito público / compreende;
- b) delegável / instituir / outra pessoa jurídica de direito público ou privado / não compreende;
- c) indelegável / instituir / outra pessoa jurídica de direito público / não compreende;
- d) delegável / arrecadar ou fiscalizar / outra pessoa jurídica de direito público /



compreende;

e) indelegável / arrecadar ou fiscalizar / outra pessoa jurídica de direito público ou privado / não compreende;

**Comentário:** Temos aqui uma questão simples, que se restringe à literalidade do 7º, *caput*, e § 1º, do CTN. Contudo, o candidato que não conhece a letra da norma certamente irá sentir alguma dificuldade para completar com segurança as lacunas apresentadas na questão. Vamos, a seguir, transcrever os dispositivos utilizados na questão, verificando qual é a resposta correta:

*Art. 7º A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do artigo 18 da Constituição.*

*§ 1º A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.*

Vejam, pois, que a sequência que preenche corretamente as lacunas é a Letra A, ou seja: indelegável / arrecadar ou fiscalizar / outra pessoa jurídica de direito público / compreende.

**Gabarito: Letra A**

### **Questão 10 – Simulado Inédito**

Acerca da competência tributária, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- I) As autarquias podem figurar como sujeito ativo de uma obrigação tributária.
- II) A delegação da capacidade tributária ativa compreende as funções administrativas, tais como arrecadação e fiscalização, além da redução e majoração do montante do tributo devido.
- III) O exercício da competência tributária é facultativo, de modo que, instituído o tributo, sua cobrança pode eventualmente não ocorrer, não se caracterizando como ato administrativo vinculado.

- a) V, F, V
- b) V, F, F
- c) V, F, V
- d) F, V, F
- e) V, V, F

**Comentário:**



**Item I:** Sendo as autarquias pessoas jurídicas de direito público, é possível que a elas seja delegada a capacidade tributária ativa, que consiste basicamente no exercício das funções administrativas em matéria tributária, tais como arrecadar e fiscalizar o tributo objeto da delegação. Seria o caso, por exemplo, das entidades corporativas, como o CRM, CRA e CRECI. Item correto.

**Item II:** De fato, a delegação da capacidade tributária ativa compreende as funções administrativas, tais como arrecadação e fiscalização. Contudo, não se pode falar em majoração e redução do tributo devido, já que tais alterações estão fora da alçada de quem recebeu a delegação, cabendo tão somente ao ente tributante. Item errado.

**Item III:** Deveras, o exercício da competência tributária é facultativo. Todavia, se o tributo foi instituído e a obrigação tributária já é existente (com a ocorrência do fato gerador), a cobrança deve ser realizada. Nessa linha, dispõe o art. 3º do CTN que tributo é uma prestação cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. Portanto, trata-se de ato administrativo vinculado. Item errado.

**Gabarito: Letra B**

### Questão 11 – Simulado Inédito

Acerca das taxas, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- I) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- II) O serviço de limpeza pública pode ser remunerado por meio de taxa.
- III) É inconstitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, ainda que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- IV) Considera-se legítima a cobrança da taxa cobrada pelos Municípios em razão da prevenção de incêndios.

- a) V, F, V, F
- b) V, F, F, F
- c) V, F, V, V
- d) F, V, F, F
- e) V, V, F, F

### Comentário:

**Item I:** De acordo com a Súmula Vinculante 41 do STF, o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado por meio de taxa. Deve, pois, ser custeado pela CIP - Contribuição de Iluminação Pública, prevista no art. 149-A, da CF/88. Item correto.



**Item II:** O serviço de limpeza pública não é específico e divisível. Desta forma, não pode se enquadrar no rol de serviços ensejadores de cobrança de taxas de serviço. Diferentemente, a coleta domiciliar de lixo é serviço público específico e divisível, ensejando a cobrança de taxa. Item errado.

**Item III:** Esta assertiva contraria o entendimento do STF, que resultou na Súmula Vinculante 29, segundo a qual é constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra. Item errado.

**Item IV:** Recentemente, o STF julgou inconstitucional a taxa cobrada pelos Municípios em razão da prevenção de incêndios, considerando, primeiramente que tal serviço é de competência dos Estados, e não dos Municípios. Ademais, a Suprema Corte considerou que tais serviços são indivisíveis, razão pela qual não podem ser remunerados por meio de taxas. Item errado.

**Gabarito: Letra B**

### Questão 12 – Simulado Inédito

Aponte, dentre as alternativas a seguir, a única que se encontra incorreta:

- a) A competência para instituição de impostos enumerados na Constituição Federal é privativa de cada ente, isto é, a Constituição já determina o rol dos impostos relativos a cada ente tributante.
- b) As taxas e as contribuições de melhoria são tributos de competência comum.
- c) É possível que a União institua impostos municipais.
- d) A competência tributária residual se resume na instituição de impostos pela União que, a princípio seriam de competência de outro ente federativo, mas que não foram por este instituídos.
- e) O exercício da competência tributária extraordinária pode ocorrer mediante edição de medida provisória pelo Chefe do Poder Executivo.

### Comentário:

**Alternativa A:** De fato, em relação aos impostos, a CF definiu quais impostos podem ser instituídos por cada ente. É por isso que se fala em competência tributária privativa, já que, por exemplo, os Municípios não podem instituir ICMS (imposto estadual). Alternativa correta.

**Alternativa B:** Exatamente. São tributos de competência comum, já que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ser os sujeitos ativos das taxas e das contribuições de melhoria, desde que realizem os fatos geradores dessas espécies tributárias. Lembre-se de que, no caso dos tributos



contraprestacionais ou vinculados, os seus fatos geradores caracterizam-se por alguma atividade estatal. Alternativa correta.

**Alternativa C:** O art. 147 da CF/88 prevê uma situação denominada pela doutrina de competência cumulativa, ao estabelecer que competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais. Portanto, se o território federal não for dividido em Municípios, é possível que a União institua impostos municipais. Alternativa correta.

**Alternativa D:** A competência tributária residual caracteriza-se, na verdade, pela competência atribuída à União para instituir impostos e contribuições para seguridade social, além daqueles que já foram expressamente previstos no texto constitucional, respeitados os requisitos previstos no art. 154, I, da CF/88, a saber:

- Devem ser instituídos por meio de lei complementar;
- Devem obedecer ao critério da não cumulatividade;
- Devem possuir fato gerador ou base de cálculo diversos dos demais impostos (ou contribuições, se for o caso) já discriminados na CF/88.

	O exercício da competência residual exige inovação estrutural nos tributos (impostos ou contribuições) residuais.
---	---

Dessa forma, esta alternativa encontra-se errada.

**Alternativa E:** Não há óbice à instituição de imposto extraordinário de guerra, por meio de medida provisória, já que a Constituição não reservou este assunto à lei complementar. Portanto, o exercício da competência tributária extraordinária pode se dar mediante lei ordinária ou até mesmo por medida provisória. Alternativa correta.

**Gabarito: Letra D**

### **Questão 13 – Simulado Inédito**

Acerca das taxas, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.



I) Todas as contribuições, sem exceção, sujeitam-se à lei complementar de normas gerais.

II) Há contribuições sociais cuja instituição deve ocorrer por meio de lei complementar.

III) A Constituição Federal exige que os fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes das contribuições sociais sejam previstos em lei complementar.

a) V, F, V

b) V, F, F

c) V, F, V

d) F, V, F

e) V, V, F

**Comentário:** Para entendermos por completo a presente questão, devemos nos socorrer à jurisprudência do STF, a saber:

**"Todas as contribuições, sem exceção, sujeitam-se à lei complementar de normas gerais, assim ao C.T.N.** (art. 146, III, ex vi do disposto no art. 149). **Isto não quer dizer que a instituição dessas contribuições exige lei complementar: porque não são impostos, não há a exigência no sentido de que os seus fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes estejam definidos na lei complementar"**  
(STF, RE 148.754/RJ, Rel. Min. Carlos Velloso, 24/06/1993)

**Item I:** De acordo com o art. 146, da CF/88, cabe à lei complementar definir normas gerais em matéria tributária. Todos os tributos se sujeitam a essa norma, inclusive as contribuições. Item correto.

**Item II:** As contribuições residuais somente podem ser instituídas, mediante edição de lei complementar. Logo, está correto dizer que há contribuições sociais cuja instituição deve ocorrer por meio de lei complementar. Item correto.

**Item III:** Tal exigência somente existe para os impostos, conforme estabelece o art. 146, III, "a", da CF/88. Item errado.

**Gabarito: Letra E**

### **Questão 14 – Simulado Inédito**

No que concerne à disciplina constitucional dada às contribuições especiais, aponte a única alternativa incorreta:

a) As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação;



- b) As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico poderão ter alíquotas específicas ou *ad valorem*.
- c) Os Estados, Distrito Federal e Municípios são competentes para instituir contribuição cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário próprio, cuja alíquota será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.
- d) A pessoa natural destinatária das operações de importação poderá ser equiparada a pessoa jurídica, na forma da lei.
- e) A lei definirá as hipóteses em que as contribuições incidirão uma única vez.

**Comentário:** Para responder esta questão com tranquilidade, é necessário que os candidatos estejam com o art. 149 da CF/88 memorizado.

**Alternativa A:** Trata-se do disposto no art. 149, § 2º, I, da CF/88. Alternativa correta.

**Alternativa B:** No mesmo sentido da alternativa anterior, esta retrata com fidelidade o que consta no art. 149, § 2º, II, da CF/88. Alternativa correta.

**Alternativa C:** O § 1º, do art. 149, permite que os Estados, Distrito Federal e Municípios institua contribuição previdenciária para custear o regime próprio de previdência dos seus servidores públicos. Contudo, a alíquota da referida contribuição não pode ser inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União. Alternativa errada.

**Alternativa D:** Consta, ainda, no § 3º, do art. 149, da CF/88, que a pessoa natural destinatária das operações de importação poderá ser equiparada a pessoa jurídica, na forma da lei. Portanto, a alternativa está correta.

**Alternativa E:** Foi previsto também no § 4º, do art. 149, da CF/88, que a lei definirá as hipóteses em que as contribuições incidirão uma única vez. Alternativa correta.

**Gabarito: Letra C**

### **Questão 15 – Simulado Inédito**

Julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- I) Permite-se que o tributo seja uma prestação in labore ou in natura.
- II) O imposto é um tributo vinculado a uma atividade estatal específica.
- III) Toda prestação pecuniária compulsória são tributos.

- a) F, F, F
- b) V, F, F
- c) F, V, V
- d) V, F, V



e) V, V, F

**Comentário:**

**Item I:** De forma alguma! Tributo é uma prestação pecuniária, e não pode, por consequência, se caracterizar como prestação in labore ou in natura. Item errado.

**Item II:** Conforme assevera o art. 16, do CTN, imposto é um tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. Item errado.

**Item III:** Não se pode dizer que toda prestação pecuniária compulsória sejam tributos, mas sim o contrário, isto é, todo tributo é uma prestação pecuniária compulsória. As multas, por exemplo, são prestações pecuniárias e também compulsórias, mas ainda assim não se confundem com tributo, em razão do disposto no art. 3º do CTN. Item errado.

**Gabarito: Letra A**

Amigos e amigas,

Nossa aula demonstrativa finaliza aqui! Será um grande prazer tê-los como alunos aqui no **Estratégia Concursos!**

Vamos, juntos, percorrer a desafiante jornada de estudar Direito Tributário para concursos públicos!

Conte conosco!

Um abraço e bons estudos,



**Prof. Fábio Dutra**

**Email:** [fabiodutra08@gmail.com](mailto:fabiodutra08@gmail.com)

**Facebook:** <http://www.facebook.com/ProfFabioDutra>

**Instagram:** @ProfFabioDutra



**Gabarito das Questões Inéditas**



<b>1</b>	<b>LETRA C</b>	<b>6</b>	<b>LETRA B</b>	<b>11</b>	<b>LETRA B</b>
<b>2</b>	<b>LETRA E</b>	<b>7</b>	<b>LETRA E</b>	<b>12</b>	<b>LETRA D</b>
<b>3</b>	<b>LETRA C</b>	<b>8</b>	<b>LETRA C</b>	<b>13</b>	<b>LETRA E</b>
<b>4</b>	<b>LETRA D</b>	<b>9</b>	<b>LETRA A</b>	<b>14</b>	<b>LETRA C</b>
<b>5</b>	<b>LETRA B</b>	<b>10</b>	<b>LETRA B</b>	<b>15</b>	<b>LETRA A</b>

# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



**1** Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



**2** Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



**3** Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



**4** Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



**5** Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



**6** Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



**7** Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



**8** O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.